

## AGU defende crime de desacato para preservar poder público

O funcionário público deve ser tratado de modo diferente em rela o a quem não exerce a fun o em nenhum  rgo estatal, tanto quando   agente de um crime como também quando   vítima.   o que afirma a Advocacia-Geral da União em manifesta o a favor do crime de desacato, protocolada no Supremo Tribunal Federal.

A tipifica o de atos contra agentes públicos, fixada no artigo 331 do Código do Penal,   [alvo de questionamento da Ordem dos Advogados do Brasil](#). Para o Conselho Federal, a existência desse crime específico coíbe “a contesta o dos cidadãos às atitudes dos agentes públicos” e viola a Conven o Americana sobre Direitos Humanos, que proíbe cerceamento   liberdade de expressão.

Para a AGU, porém, “o delito em comento não impede a contesta o dos cidadãos às atitudes dos funcionários públicos”. “O que se proíbe   que o particular aja com desprezo às fun o estatais, maculando a figura do agente de Estado”, afirma documento assinado pela advogada da União Priscila Helena Soares Piau.

O desacato, segundo a manifesta o, tenta proteger a condi o de funcionário público e, por via reflexa, a honra da própria administra o pública. A AGU entende que, como o bem jurídico tutelado não se confunde com a honra pessoal do servidor, não faz sentido o argumento de que esse tipo de ofensa seja tratado como outros casos de crime contra a honra.

Ainda de acordo com a institui o, a norma constitucional que consagra a liberdade de expressão não   absoluta. Além disso, a AGU diz que o crime de desacato não impede ninguém de fiscalizar e até mesmo criticar a qualidade do serviço público, quando   insatisfatório.

O processo tramita desde outubro, com relatoria do ministro Luís Roberto Barroso.

### Precedentes

No ano passado, a [5  Turma do Superior Tribunal de Justiça afastou](#) a aplica o do crime tipificado no Código Penal em caso analisado na corte. Embora a decisão não seja vinculante, tornou-se precedente para recursos em casos semelhantes.

Já a [3  Se o, neste ano](#), não viu ofensa às leis internacionais sobre prote o aos direitos humanos e   liberdade de expressão.

**Clique [aqui](#) para ler a manifesta o.**

**ADPF 496**

**Autores:** Reda o ConJur